

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPOEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APU CARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2009

Período de referência: 2009 (Data-Base 31/12/2009)

CVA: 2010031711304518500401

LRF, art. 32, § 4º R\$ 1,00

48	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
49	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
50	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
51	l) garantias:	RCL

52	a) nº da operação:	136/2002
53	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
54	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/R\$ Cr/Cz/NCz/US, etc.	
55	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
56	c2) Valor original contratado	213.595,09
57	d) saldo devedor na data base:	45.371,05
58	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
59	f) indexador:	TJLP
60	g) período de carência:	
61	g1) Data do início:	
62	g2) Data final:	
63	h) vencimento final:	
64	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
65	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
66	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
67	l) garantias:	RCL

68	a) nº da operação:	137/2002
69	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
70	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/R\$ Cr/Cz/NCz/US, etc.	
71	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
72	c2) Valor original contratado	429.391,26
73	d) saldo devedor na data base:	91.280,84
74	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
75	f) indexador:	TJLP
76	g) período de carência:	
77	g1) Data do início:	
78	g2) Data final:	
79	h) vencimento final:	
80	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
81	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
82	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
83	l) garantias:	RCL

84	a) nº da operação:	354/2003
85	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
86	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/R\$ Cr/Cz/NCz/US, etc.	
87	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
88	c2) Valor original contratado	63.360,00
89	d) saldo devedor na data base:	19.429,22
90	e) taxa de juros efetiva anual (%):	8,00
91	f) indexador:	TJLP
92	g) período de carência:	
93	g1) Data do início:	
94	g2) Data final:	
95	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPOEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APU CARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2009

Período de referência: 2009 (Data-Base 31/12/2009)

CVA: 201003171104518500401

LR, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

96	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
97	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
98	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
99	l) garantias:	RCL
100	a) nº da operação:	1191/2006
101	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
102	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
103	c1) Moeda na data do contrato original	RS
104	c2) Valor original contratado	1.836.080,59
105	d) saldo devedor na data base:	1.430.811,33
106	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
107	f) indexador:	TJLP
108	g) período de carência:	
109	g1) Data do início:	
110	g2) Data final:	
111	h) vencimento final:	
112	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
113	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
114	k) finalidade do crédito:	PPU PAVIMENTAÇÃO
115	l) garantias:	RCL
116	a) nº da operação:	1219/2006
117	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
118	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
119	c1) Moeda na data do contrato original	RS
120	c2) Valor original contratado	2.509.857,81
121	d) saldo devedor na data base:	1.917.434,96
122	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
123	f) indexador:	TJLP
124	g) período de carência:	
125	g1) Data do início:	
126	g2) Data final:	
127	h) vencimento final:	
128	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
129	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
130	k) finalidade do crédito:	PPU PAVIMENTAÇÃO
131	l) garantias:	RCL
132	a) nº da operação:	390/2003
133	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
134	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
135	c1) Moeda na data do contrato original	RS
136	c2) Valor original contratado	2.268.733,50
137	d) saldo devedor na data base:	785.623,89
138	e) taxa de juros efetiva anual (%):	8,00
139	f) indexador:	TJLP
140	g) período de carência:	
141	g1) Data do início:	
142	g2) Data final:	
143	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APU CARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/001-68

Exercício: 2009

Período de referência: 2009 (Data-Base 31/12/2009)

CVA: 201003171104518500401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

144	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
145	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
146	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
147	l) garantias:	RCL

148	a) nº da operação:	355/2003
149	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
150	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
151	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
152	c2) Valor original contratado	914.400,00
153	d) saldo devedor na data base:	314.962,11
154	e) taxa de juros efetiva anual (%):	8,00
155	f) indexador:	TJLP
156	g) período de carência:	
157	g1) Data do início:	
158	g2) Data final:	
159	h) vencimento final:	
160	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
161	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
162	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
163	l) garantias:	RCL

164	a) nº da operação:	1450/2007
165	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
166	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
167	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
168	c2) Valor original contratado	101.606,52
169	d) saldo devedor na data base:	85.311,31
170	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
171	f) indexador:	TJLP
172	g) período de carência:	
173	g1) Data do início:	
174	g2) Data final:	
175	h) vencimento final:	
176	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
177	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
178	k) finalidade do crédito:	PPU PAVIMENTAÇÃO
179	l) garantias:	RCL

180	a) nº da operação:	1441/2007
181	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
182	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
183	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
184	c2) Valor original contratado	490.251,03
185	d) saldo devedor na data base:	408.335,24
186	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
187	f) indexador:	TJLP
188	g) período de carência:	
189	g1) Data do início:	
190	g2) Data final:	
191	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPOEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APU CARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2009

Período de referência: 2009 (Data-Base 31/12/2009)

CVA: 201003171104518500401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

192	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL	
193	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO	
194	k) finalidade do crédito:	PPU PAVIMENTAÇÃO	
195	l) garantias:	RCL	
196	a) nº da operação:	1631/2007	
197	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA	
198	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.		
199	c1) Moeda na data do contrato original	RS	
200	c2) Valor original contratado		679.304,42
201	d) saldo devedor na data base:		536.229,39
202	e) taxa de juros efetiva anual (%):		6,00
203	f) indexador:	TJLP	
204	g) período de carência:		
205	g1) Data do início:		
206	g2) Data final:		
207	h) vencimento final:		
208	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL	
209	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO	
210	k) finalidade do crédito:	PPU VIADUTO	
211	l) garantias:	RCL	
212	a) nº da operação:	1669/2007	
213	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA	
214	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.		
215	c1) Moeda na data do contrato original	RS	
216	c2) Valor original contratado		759.966,45
217	d) saldo devedor na data base:		689.936,39
218	e) taxa de juros efetiva anual (%):		6,00
219	f) indexador:	TJLP	
220	g) período de carência:		
221	g1) Data do início:		
222	g2) Data final:		
223	h) vencimento final:		
224	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL	
225	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO	
226	k) finalidade do crédito:	PPU PRAÇA	
227	l) garantias:	RCL	
228	a) nº da operação:	1673/2007	
229	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA	
230	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.		
231	c1) Moeda na data do contrato original	RS	
232	c2) Valor original contratado		1.000.000,00
233	d) saldo devedor na data base:		488.167,24
234	e) taxa de juros efetiva anual (%):		6,00
235	f) indexador:	TJLP	
236	g) período de carência:		
237	g1) Data do início:		
238	g2) Data final:		
239	h) vencimento final:		

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APUARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2009

Período de referência: 2009 (Data-Base 31/12/2009)

CVA: 2010031711204518500401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

240	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
241	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
242	k) finalidade do crédito:	PPU CENTRO CULTURAL
243	l) garantias:	RCL
244	a) nº da operação:	1885/2008
245	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
246	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/N Cr/Cz/NCz/US, etc.	
247	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
248	c2) Valor original contratado	6.800.000,00
249	d) saldo devedor na data base:	6.355.650,18
250	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
251	f) indexador:	TJLP
252	g) período de carência:	
253	g1) Data do início:	
254	g2) Data final:	
255	h) vencimento final:	
256	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
257	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
258	k) finalidade do crédito:	PPU PAVIMENTAÇÃO
259	l) garantias:	RCL
260	a) nº da operação:	2149/2008
261	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
262	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/N Cr/Cz/NCz/US, etc.	
263	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
264	c2) Valor original contratado	329.600,00
265	d) saldo devedor na data base:	301.064,10
266	e) taxa de juros efetiva anual (%):	4,00
267	f) indexador:	TJLP
268	g) período de carência:	
269	g1) Data do início:	
270	g2) Data final:	
271	h) vencimento final:	
272	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
273	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
274	k) finalidade do crédito:	EQUIP. RODOVIÁRIOS
275	l) garantias:	RCL
276	a) nº da operação:	2154/2008
277	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
278	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
279	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
280	c2) Valor original contratado	886.513,74
281	d) saldo devedor na data base:	872.218,41
282	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
283	f) indexador:	TJLP
284	g) período de carência:	
285	g1) Data do início:	
286	g2) Data final:	
287	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APU CARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2009

Período de referência: 2009 (Data-Base 31/12/2009)

CVA: 201003171104518500401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

288	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
289	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
290	k) finalidade do crédito:	PPU ESCOLA MUNICIPAL
291	l) garantias:	RCL
292	a) nº da operação:	1703/2007
293	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
294	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Fl Cr/Cz/NCz/US, etc.	
295	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
296	c2) Valor original contratado	170.000,00
297	d) saldo devedor na data base:	68.272,12
298	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
299	f) indexador:	TJLP
300	g) período de carência:	
301	g1) Data do início:	
302	g2) Data final:	
303	h) vencimento final:	
304	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
305	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
306	k) finalidade do crédito:	EQUIP.CENTRO CULTURA
307	l) garantias:	RCL
308	a) nº da operação:	2286/2008
309	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
310	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Fl Cr/Cz/NCz/US, etc.	
311	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
312	c2) Valor original contratado	1.113.486,26
313	d) saldo devedor na data base:	166.975,13
314	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
315	f) indexador:	TJLP
316	g) período de carência:	
317	g1) Data do início:	
318	g2) Data final:	
319	h) vencimento final:	
320	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
321	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
322	k) finalidade do crédito:	PPU ESCOLA MUNICIPAL
323	l) garantias:	RCL
324	a) nº da operação:	1169/2006
325	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
326	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Fl Cr/Cz/NCz/US, etc.	
327	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
328	c2) Valor original contratado	398.000,00
329	d) saldo devedor na data base:	336.855,48
330	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
331	f) indexador:	TJLP
332	g) período de carência:	
333	g1) Data do início:	
334	g2) Data final:	
335	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APUCARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2009

Período de referência: 2009 (Data-Base 31/12/2009)

CVA: 201003171104518500401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

336	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
337	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
338	k) finalidade do crédito:	PPU
339	l) garantias:	RCL
340	a) nº da operação:	94/0061-1
341	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
342	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/R Cr/Cz/NCz/US, etc.	
343	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
344	c2) Valor original contratado	3.507.000,00
345	d) saldo devedor na data base:	2.595.302,92
346	e) taxa de juros efetiva anual (%):	5,51
347	f) indexador:	TRDB-IGPM
348	g) período de carência:	
349	g1) Data do início:	
350	g2) Data final:	
351	h) vencimento final:	
352	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
353	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
354	k) finalidade do crédito:	REFIN.
355	l) garantias:	RCL
356	a) nº da operação:	20/10501-5-PROVIAS
357	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	EXTERNA
358	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/R Cr/Cz/NCz/US, etc.	
359	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
360	c2) Valor original contratado	1.892.300,00
361	d) saldo devedor na data base:	1.068.707,79
362	e) taxa de juros efetiva anual (%):	4,00
363	f) indexador:	TJLP
364	g) período de carência:	
365	g1) Data do início:	
366	g2) Data final:	
367	h) vencimento final:	
368	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
369	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
370	k) finalidade do crédito:	INTERVENÇÃO VIÁRIA
371	l) garantias:	RCL
372	TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA = (I + II + III)	3.083.317,71

Fonte:

Nota:

APUCARANA, 18/03/2010

JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 44843321915

**CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA**

MUNICÍPIO: APUCARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2010

Período de referência: 2010 (Data-Base 31/12/2010)

CVA: 2011040416175091100401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

1	I) VALOR DOS PRECATÓRIOS INCLuíDOS NO ORÇAMENTO E NÃO PAGOS (art. 2º, Resolução 43/SF)	0,00
2	II) VALOR DA DÍVIDA MOBILIÁRIA:	0,00
3	III) OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS	143.085.583,46

4	a) nº da operação:	134/2002
5	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
6	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
7	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
8	c2) Valor original contratado	751.918,04
9	d) saldo devedor na data base:	0,00
10	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
11	f) indexador:	TJLP
12	g) período de carência:	
13	g1) Data do início:	
14	g2) Data final:	
15	h) vencimento final:	
16	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
17	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
18	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
19	l) garantias:	RCL

20	a) nº da operação:	2221371016
21	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
22	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
23	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
24	c2) Valor original contratado	1.980.000,00
25	d) saldo devedor na data base:	23.834,39
26	e) taxa de juros efetiva anual (%):	2,50
27	f) indexador:	TJLP
28	g) período de carência:	
29	g1) Data do início:	
30	g2) Data final:	
31	h) vencimento final:	
32	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
33	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	BOLETO
34	k) finalidade do crédito:	PMAT
35	l) garantias:	RCL

36	a) nº da operação:	135/2002
37	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
38	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
39	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
40	c2) Valor original contratado	177.158,07
41	d) saldo devedor na data base:	0,00
42	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
43	f) indexador:	TJLP
44	g) período de carência:	
45	g1) Data do início:	
46	g2) Data final:	
47	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APUCARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2010

Período de referência: 2010 (Data-Base 31/12/2010)

CVA: 2011040416/75091100401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

48	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
49	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
50	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
51	l) garantias:	RCL

52	a) nº da operação:	136/2002
53	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
54	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/N/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
55	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
56	c2) Valor original contratado	213.595,09
57	d) saldo devedor na data base:	0,00
58	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
59	f) indexador:	TJLP
60	g) período de carência:	
61	g1) Data do início:	
62	g2) Data final:	
63	h) vencimento final:	
64	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
65	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
66	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
67	l) garantias:	RCL

68	a) nº da operação:	137/2002
69	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
70	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/N/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
71	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
72	c2) Valor original contratado	429.391,26
73	d) saldo devedor na data base:	0,00
74	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
75	f) indexador:	TJLP
76	g) período de carência:	
77	g1) Data do início:	
78	g2) Data final:	
79	h) vencimento final:	
80	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
81	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
82	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
83	l) garantias:	RCL

84	a) nº da operação:	354/2003
85	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
86	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/N/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
87	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
88	c2) Valor original contratado	63.360,00
89	d) saldo devedor na data base:	8.238,37
90	e) taxa de juros efetiva anual (%):	8,00
91	f) indexador:	TJLP
92	g) período de carência:	
93	g1) Data do início:	
94	g2) Data final:	
95	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPOEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APUARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2010

Período de referência: 2010 (Data-Base 31/12/2010)

CVA: 201104041675091100401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

96	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
97	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
98	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
99	l) garantias:	RCL
100	a) nº da operação:	94/0061-1
101	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
102	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
103	c1) Moeda na data do contrato original	RS
104	c2) Valor original contratado	3.507.000,00
105	d) saldo devedor na data base:	2.070.100,48
106	e) taxa de juros efetiva anual (%):	5,51
107	f) indexador:	TRDB-IGPM
108	g) período de carência:	
109	g1) Data do início:	
110	g2) Data final:	
111	h) vencimento final:	
112	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
113	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
114	k) finalidade do crédito:	REFIN.
115	l) garantias:	RCL
116	a) nº da operação:	1169/2006
117	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
118	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
119	c1) Moeda na data do contrato original	RS
120	c2) Valor original contratado	398.000,00
121	d) saldo devedor na data base:	302.371,48
122	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
123	f) indexador:	TJLP
124	g) período de carência:	
125	g1) Data do início:	
126	g2) Data final:	
127	h) vencimento final:	
128	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
129	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
130	k) finalidade do crédito:	PPU
131	l) garantias:	RCL
132	a) nº da operação:	1191/2006
133	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
134	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
135	c1) Moeda na data do contrato original	RS
136	c2) Valor original contratado	1.836.080,59
137	d) saldo devedor na data base:	1.193.066,96
138	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
139	f) indexador:	TJLP
140	g) período de carência:	
141	g1) Data do início:	
142	g2) Data final:	
143	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
MUNICÍPIO: APUARANA/PR - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 75.771.253/0001-68
Exercício: 2010
Período de referência: 2010 (Data-Base 31/12/2010)
CVA: 201104041675091100401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

144	j) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
145	i) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
146	k) finalidade do crédito:	PPU PAVIMENTAÇÃO
147	l) garantias:	RCL

148	a) nº da operação:	1219/2006
149	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
150	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/F Cr/Cz/NCz/US, etc.	
151	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
152	c2) Valor original contratado	2.509.857,81
153	d) saldo devedor na data base:	1.606.026,87
154	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
155	f) indexador:	TJLP
156	g) período de carência:	
157	g1) Data do início:	
158	g2) Data final:	
159	h) vencimento final:	
160	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
161	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
162	k) finalidade do crédito:	PPU PAVIMENTAÇÃO
163	l) garantias:	RCL

164	a) nº da operação:	390/2003
165	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
166	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/F Cr/Cz/NCz/US, etc.	
167	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
168	c2) Valor original contratado	2.268.733,50
169	d) saldo devedor na data base:	333.120,35
170	e) taxa de juros efetiva anual (%):	8,00
171	f) indexador:	TJLP
172	g) período de carência:	
173	g1) Data do início:	
174	g2) Data final:	
175	h) vencimento final:	
176	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
177	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
178	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
179	l) garantias:	RCL

180	a) nº da operação:	355/2003
181	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
182	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
183	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
184	c2) Valor original contratado	914.400,00
185	d) saldo devedor na data base:	133.550,28
186	e) taxa de juros efetiva anual (%):	8,00
187	f) indexador:	TJLP
188	g) período de carência:	
189	g1) Data do início:	
190	g2) Data final:	
191	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APUARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2010

Período de referência: 2010 (Data-Base 31/12/2010)

CVA: 201104041675091100401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

192	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
193	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
194	k) finalidade do crédito:	PPU INFRA ESTRUTURA
195	l) garantias:	RCL

196	a) nº da operação:	1450/2007
197	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
198	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/N Cr/Cz/NCz/US, etc.	
199	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
200	c2) Valor original contratado	101.606,52
201	d) saldo devedor na data base:	72.630,22
202	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
203	f) indexador:	TJLP
204	g) período de carência:	
205	g1) Data do início:	
206	g2) Data final:	
207	h) vencimento final:	
208	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
209	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
210	k) finalidade do crédito:	PPU PAVIMENTAÇÃO
211	l) garantias:	RCL

212	a) nº da operação:	1441/2007
213	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
214	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/N Cr/Cz/NCz/US, etc.	
215	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
216	c2) Valor original contratado	490.251,03
217	d) saldo devedor na data base:	347.638,56
218	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
219	f) indexador:	TJLP
220	g) período de carência:	
221	g1) Data do início:	
222	g2) Data final:	
223	h) vencimento final:	
224	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
225	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
226	k) finalidade do crédito:	PPU PAVIMENTAÇÃO
227	l) garantias:	RCL

228	a) nº da operação:	1631/2007
229	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
230	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/N Cr/Cz/NCz/US, etc.	
231	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
232	c2) Valor original contratado	679.304,42
233	d) saldo devedor na data base:	565.932,37
234	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
235	f) indexador:	TJLP
236	g) período de carência:	
237	g1) Data do início:	
238	g2) Data final:	
239	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPOEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APUCARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2010

Período de referência: 2010 (Data-Base 31/12/2010)

CVA: 201104041175091100401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

240	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
241	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
242	k) finalidade do crédito:	PPU VIADUTO
243	l) garantias:	RCL

244	a) nº da operação:	1669/2007
245	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
246	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
247	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
248	c2) Valor original contratado	759.966,45
249	d) saldo devedor na data base:	603.022,99
250	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
251	f) indexador:	TJLP
252	g) período de carência:	
253	g1) Data do início:	
254	g2) Data final:	
255	h) vencimento final:	
256	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
257	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
258	k) finalidade do crédito:	PPU PRAÇA
259	l) garantias:	RCL

260	a) nº da operação:	1673/2007
261	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
262	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
263	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
264	c2) Valor original contratado	1.000.000,00
265	d) saldo devedor na data base:	506.638,96
266	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
267	f) indexador:	TJLP
268	g) período de carência:	
269	g1) Data do início:	
270	g2) Data final:	
271	h) vencimento final:	
272	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
273	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
274	k) finalidade do crédito:	PPU CENTRO CULTURAL
275	l) garantias:	RCL

276	a) nº da operação:	1885/2008
277	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
278	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
279	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
280	c2) Valor original contratado	6.800.000,00
281	d) saldo devedor na data base:	5.655.658,74
282	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
283	f) indexador:	TJLP
284	g) período de carência:	
285	g1) Data do início:	
286	g2) Data final:	
287	h) vencimento final:	

**CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA**

MUNICÍPIO: APUARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2010

Período de referência: 2010 (Data-Base 31/12/2010)

CVA: 201104041675091100401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

288	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
289	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
290	k) finalidade do crédito:	PPU PAVIMENTAÇÃO
291	l) garantias:	RCL

292	a) nº da operação:	20/10501-5 - PROVIAS
293	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
294	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
295	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
296	c2) Valor original contratado	1.892.300,00
297	d) saldo devedor na data base:	593.726,91
298	e) taxa de juros efetiva anual (%):	4,00
299	f) indexador:	TJLP
300	g) período de carência:	
301	g1) Data do início:	
302	g2) Data final:	
303	h) vencimento final:	
304	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
305	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
306	k) finalidade do crédito:	INTERVENÇÃO VIÁRIA
307	l) garantias:	RCL

308	a) nº da operação:	2149/2008
309	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
310	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
311	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
312	c2) Valor original contratado	329.600,00
313	d) saldo devedor na data base:	227.547,44
314	e) taxa de juros efetiva anual (%):	4,00
315	f) indexador:	TJLP
316	g) período de carência:	
317	g1) Data do início:	
318	g2) Data final:	
319	h) vencimento final:	
320	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
321	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
322	k) finalidade do crédito:	EQUIP. RODOVIÁRIOS
323	l) garantias:	RCL

324	a) nº da operação:	2154/2008
325	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
326	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/Cr/Cz/NCz/US, etc.	
327	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
328	c2) Valor original contratado	886.513,74
329	d) saldo devedor na data base:	810.034,32
330	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
331	f) indexador:	TJLP
332	g) período de carência:	
333	g1) Data do início:	
334	g2) Data final:	
335	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APUÁCARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2010

Período de referência: 2010 (Data-Base 31/12/2010)

CVA: 201104041675091100401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

336	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
337	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
338	k) finalidade do crédito:	PPU ESCOLA MUNICIPAL
339	l) garantias:	RCL

340	a) nº da operação:	1703/2007
341	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
342	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
343	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
344	c2) Valor original contratado	170.000,00
345	d) saldo devedor na data base:	56.197,56
346	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
347	f) indexador:	TJLP
348	g) período de carência:	
349	g1) Data do início:	
350	g2) Data final:	
351	h) vencimento final:	
352	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
353	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITO
354	k) finalidade do crédito:	EQUIP. CENTRO CULTURA
355	l) garantias:	RCL

356	a) nº da operação:	2286/2006
357	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
358	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
359	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
360	c2) Valor original contratado	1.113.486,26
361	d) saldo devedor na data base:	1.033.243,22
362	e) taxa de juros efetiva anual (%):	6,00
363	f) indexador:	TJLP
364	g) período de carência:	
365	g1) Data do início:	
366	g2) Data final:	
367	h) vencimento final:	
368	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	MENSAL
369	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	DEBITOQ
370	k) finalidade do crédito:	PPU ESCOLA MUNICIPAL
371	l) garantias:	RCL

372	a) nº da operação:	99002781001
373	b) fonte dos recursos - Interna/Externa	INTERNA
374	c) valor original contratado, assumido ou refinanciado - Moeda/Valor: - Cr/NCr/Cz/NCz/US, etc.	
375	c1) Moeda na data do contrato original	R\$
376	c2) Valor original contratado	0,00
377	d) saldo devedor na data base:	126.943.002,99
378	e) taxa de juros efetiva anual (%):	0,00
379	f) indexador:	
380	g) período de carência:	
381	g1) Data do início:	
382	g2) Data final:	
383	h) vencimento final:	

CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE COMPÕEM O SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

MUNICÍPIO: APUCARANA/PR - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 75.771.253/0001-68

Exercício: 2010

Período de referência: 2010 (Data-Base 31/12/2010)

CVA: 201104041675091100401

LRF, art. 32, § 4º

R\$ 1,00

384	i) periodicidade de pagamento (mensal, trimestral, etc.)	
385	j) sistema de pagamento: (price, sac, etc.)	
386	k) finalidade do crédito:	
387	l) garantias:	
388	TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA = (I + II + III)	

Fonte: PMA

Nota:

~~APUCARANA, 04/01/2011~~

JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA

PREFEITO

CPF.: 44843321915



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico José de Oliveira Rosa s/n - CEP 86800-235 - Fone (43) 3420-7000 - Fax: 3420-7007
E-mail: cma-pr@uol.com.br - Site: www.cma.pr.gov.br

Apucarana, 17 de janeiro de 2011.

Ofício CP 001/2011

Senhor Prefeito,

Nos termos do Artigo 24, 5º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Apucarana, requisitamos de Vossa Senhoria que remeta no prazo legal de 15 (quinze) dias à Câmara Municipal de Apucarana as seguintes informações:

1 - Extrato das Dívidas do Passivo Permanente, com a movimentação e saldos individualizados, discriminando os valores de cada Entidade Municipal (Secretaria, Instituto, Fundação, Autarquia, Prefeitura);

2 - Relação da Dívida Fundada de Precatórios, relação individualizada de credores com os respectivos valores e em ordem cronológica;

3 - Relação de Individualizada de Dívidas (fundadas ou não) junto a Credores Públicos e Privados, pormenorizando origem, data inicial, valor, remuneração e saldo remanescente;

4 - Demonstrativo da Dívida Pública Fundada, da Dívida Consolidada e da Dívida Flutuante, discriminando de forma pormenorizada cada um dos credores, valores, taxa de remuneração de capital, época de pagamentos;

5 - Quadro demonstrativo da evolução da dívida, mês a mês, a partir de maio de 2000;

* as informações deverão obedecer as Normas Brasileiras de Contabilidade

Sendo o que tínhamos para o presente, subscrevemos.

SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JÚNIOR
Presidente da CPI

Ilmo. Sr.
JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Apucarana
Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico José de Oliveira Rosa s/n - CEP 86800-235 - Fone (43) 3420-7000 - Fax: 3420-7007
E-mail: cma-pr@uol.com.br - Site: www.cma.pr.gov.br

Apucarana, 17 de janeiro de 2011.

Ofício CP 002/2011

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 24, 5º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Apucarana, requisitamos de Vossa Senhoria que remeta à Câmara Municipal de Apucarana as seguintes informações:

1 – Quais os valores informados a este Órgão sobre as Dívidas do Município, Receita Corrente Líquida, Empréstimos, destinação, prazos de operação e taxa de remuneração;

2 – Quais os valores informados pelo Município a título de Dívida Pública Fundada, da Dívida Consolidada e da Dívida Flutuante;

Sendo o que tínhamos para o presente, subscrevemos.

ALCIDES RAMOS JÚNIOR
Presidente da Câmara

SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JÚNIOR
Presidente da CPI

Ilmo. Sr. Conselheiro
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente do Tribunal de Contas
Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico José de Oliveira Rosa s/n - CEP 86800-235 - Fone (43) 3420-7000 - Fax: 3420-7007
E-mail: cma-pr@uol.com.br - Site: www.cma.pr.gov.br

Apucarana, 17 de janeiro de 2011.

Ofício CP 003/2011

Senhor Secretário,

Nos termos do Artigo 24, 5º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Apucarana, requisitamos de Vossa Senhoria que remeta à Câmara Municipal de Apucarana as seguintes informações:

- 1 - Quais os valores informados pelo Município de Apucarana -PR, como Receita Corrente Líquida e/ou Receita Líquida Real, nos últimos 120 meses, mês a mês;
- 2 - Quais os processos estão sob análise da STN para contrair novos empréstimos, quais os valores, qual a Capacidade Atual de Endividamento do Município;
- 3 - Quais as dívidas inscritas e/ou informadas pelo Município de Apucarana - PR, junto à STN;
- 4 - Quais os valores informados pelo Município de Apucarana - PR, a título de Dívida Pública Fundada, da Dívida Consolidada e da Dívida Flutuante.

Sendo o que tínhamos para o presente, subscrevemos.

ALCIDES RAMOS JÚNIOR
Presidente da Câmara

SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JÚNIOR
Presidente da CPI

Ilmo. Sr.
ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional
Brasília- DF



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico José de Oliveira Rosa s/n - CEP 86800-235 - Fone (43) 3420-7000 - Fax: 3420-7007
E-mail: cma-pr@uol.com.br - Site: www.cma.pr.gov.br

Apucarana, 24 de janeiro de 2011.

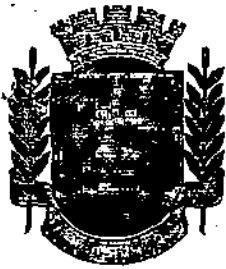
Ofício CPM 004/2011

Senhor Gerente,

Nos termos do Artigo 24, 5º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Apucarana, requisitamos de Vossa Senhoria que remeta à Câmara Municipal de Apucarana as seguintes informações quanto a dívida do Município de Apucarana junto ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), e seus valores incluindo:

Não inscritos em dívida ativa

- - Notificados pelo Fiscal do Trabalho em cobrança administrativa;
- - Confessados;
- - Diferenças de encargos, apuradas em recolhimentos efetuados;
- - Débitos de parcelamentos rescindidos, em cobrança administrativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico José de Oliveira Rosa s/n - CEP 86800-235 - Fone (43) 3420-7000 - Fax: 3420-7007
E-mail: cma-pr@uol.com.br - Site: www.cma.pr.gov.br

Débitos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não

- - Notificados pelo fiscal do trabalho, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não;
- - Débitos de parcelamentos rescindidos, inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não.

Sendo o que tínhamos para o presente, subscrevemos.


ALCIDES RAMOS JÚNIOR
Presidente da Câmara


SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JÚNIOR
Presidente da CPI

Ilmo. Sr.
Luiz Carlos Pedroso
Gerente Geral da Caixa Econômica Federal
Apucarana - Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico José de Oliveira Rosa s/n - CEP 86800-235 - Fone (43) 3420-7000 - Fax: 3420-7007
E-mail: cma-pr@uol.com.br - Site: www.cma.pr.gov.br

Apucarana, 24 de janeiro de 2011.

Ofício CPI 005/2011

Exmo. Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 24, 5º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Apucarana, requisitamos de Vossa Senhoria que remeta à Câmara Municipal de Apucarana as seguintes informações quanto a dívida do Município de Apucarana inscrita no Banco Central do Brasil, discriminando as seguintes informações:

- 1 - Qual o total da Dívida do Município de Apucarana/PR inscrita neste Órgão;
- 2 - Qual o histórico das Operações Financeiras que geraram o montante destas dívidas desde o ano de 2000;
- 3 - Listagem contendo valores e discriminação de credores (Instituições Públicas e/ou Privadas) desde janeiro de 2000;
- 4 - Outras informações que entender relevante quanto ao monitoramento da Dívida do Município de Apucarana – Paraná.



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico José de Oliveira Rosa s/n - CEP 86800-235 - Fone (43) 3420-7000 - Fax: 3420-7007
E-mail: cma-pr@uol.com.br - Site: www.cma.pr.gov.br

Sendo o que tínhamos para o presente, subscrevemos
com protestos de elevado estima e consideração.

ALCIDES RAMOS JÚNIOR
Presidente da Câmara

SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JÚNIOR
Presidente da CPI



Ilmo. Sr.
ALEXANDRE ANTÔNIO TOMBINI
Presidente do Banco Central do Brasil
Setor Bancário Sul (SBS) Quadra 3 Bloco B - Ed. Sede
Brasília - DF - CEP: 70074-900



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico José de Oliveira Rosa s/n - CEP 86800-235 - Fone (43) 3420-7000 - Fax: 3420-7007
E-mail: cma-pr@uol.com.br - Site: www.cma.pr.gov.br

Apucarana, 24 de janeiro de 2011.

Ofício GPI 006/2011

Exmo. Sr. Ministro,

Nos termos do Artigo 24, 5º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Apucarana, requisitamos de Vossa Senhoria que remeta à Câmara Municipal de Apucarana as seguintes informações quanto as dívidas do Município de Apucarana, sobretudo àquelas relativas ao recolhimento ao INSS, discriminando as seguintes informações:

1 - Qual o total da Dívida do Município de Apucarana/PR inscrita neste Ministério;

2 - Qual o histórico das Operações Financeiras que geraram o montante destas dívidas;



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico José de Oliveira Rosa s/n - CEP 86800-235 - Fone (43) 3420-7000 - Fax: 3420-7007
E-mail: cma-pr@uol.com.br - Site: www.cma.pr.gov.br

3 - Outras informações que entender relevante quanto ao monitoramento da Dívida do Município de Apucarana – Paraná.

Sendo o que tínhamos para o presente, subscrevemos com protestos de elevado estima e consideração.

ALCIDES RAMOS JÚNIOR
Presidente da Câmara

SEBASTIÃO FERREIRA MARTINS JÚNIOR
Presidente da CPI

Exmo. Sr.
GARIBALDI ALVES FILHO
Ministro da Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco F - CEP: 70059-900
Brasília - DF



CÂMARA MUNICIPAL DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Centro Cívico José de Oliveira Rosa s/n - CEP 86800-235 - Fone (43) 3420-7000 - Fax: 3420-7007
E-mail: cma-pr@uol.com.br - Site: www.cma.pr.gov.br

Apucarana, 10 de fevereiro de 2011.

Ofício CPI 007/2011

Senhor Delegado,

Nos termos do Artigo 24, 5º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Apucarana, requisitamos de Vossa Senhoria que remeta à Câmara Municipal de Apucarana as seguintes informações quanto a dívida do Município de Apucarana junto ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), bem como aquelas relativas as Contribuições Previdenciárias devidas ao INSS, e seus valores incluindo:

Não inscritos em dívida ativa

- - Notificados pelo Fiscal do Trabalho/INSS em cobrança administrativa;
- - Confessados;
- - Diferenças de encargos, apuradas em recolhimentos efetuados;
- - Débitos de parcelamentos rescindidos, em cobrança administrativa.

Seção II DOS ORÇAMENTOS

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º - A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º - Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º - Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º - As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 167. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º;

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8.º, bem assim o disposto no § 4.º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)~~

~~IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)~~

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, HUMBERTO LUCENA, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1994

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

O SENADO FEDERAL resolve:

CAPÍTULO I

Das Operações de Crédito Interno e Externo

Art. 1º As operações de crédito interno e externo realizadas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias são subordinadas às normas fixadas nesta resolução.

§ 1º Para os efeitos desta resolução, compreende-se como operação de crédito toda e qualquer obrigação decorrente de financiamentos ou empréstimos, inclusive arrendamento mercantil, e a concessão de qualquer garantia, que representem compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior.

§ 2º Considera-se financiamento ou empréstimo, a emissão ou aceite de títulos da dívida pública e a celebração de contratos que fixem valores mutuados ou financiados, ou prazos ou valores de desembolso ou amortização, bem como seus aditamentos que elevem tais valores ou modifiquem tais prazos.

§ 3º A assunção de dívidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios equipara-se às operações de crédito definidas neste artigo, para efeito de apuração dos limites tratados nesta resolução.

Art. 2º A celebração de operação de crédito interno ou externo, inclusive a concessão de qualquer garantia, pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e suas autarquias, somente será efetuada:

I - se a entidade tomadora e a entidade garantidora estiverem adimplentes junto ao Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), ao Fundo de Investimento Social/Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade (Finsocial/Cofins), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional e aos financiadores externos em operações garantidas pela União;

II - com autorização específica do órgão legislativo do Estado, do Distrito Federal ou do Município, conforme o caso;

III - após parecer técnico do Banco Central do Brasil, relativamente ao cumprimento do disposto nos arts. 3º e 4º desta resolução, no prazo de até dez dias úteis, contados da data de entrada da solicitação;

IV - após a autorização prévia do Senado Federal, nos casos de operações de crédito externo, de elevação temporária de limites, prevista no art. 10, e de emissão de títulos da dívida pública, prevista no art. 15 desta resolução.

CAPÍTULO II

Dos Limites das Operações de Crédito

Art. 3º As operações de crédito realizadas pelos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, em um exercício, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual correspondente, ressalvadas as autorizadas mediante crédito suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta, observado o disposto nesta resolução.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por operação de crédito realizada em um exercício o montante de liberação contratualmente previsto para o mesmo exercício.

§ 2º Os montantes com liberação prevista para exercícios futuros serão incorporados às despesas de capital dos respectivos exercícios para efeito de verificação do limite fixado neste artigo.

§ 3º As liberações previstas para cada um dos exercícios futuros ficam limitadas a vinte por cento do montante das despesas de capital do exercício em curso.

Art. 4º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, inclusive a concessão de quaisquer garantias, observarão os seguintes limites:

I - o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderão ultrapassar o valor dos dispêndios com amortização, juros e demais encargos da dívida vencida e vencível no ano, efetivamente pagos e a pagar considerados os critérios de rolarem vigentes para a dívida mobiliária e para ao endividamento externo, atualizados monetariamente, ou vinte e sete por cento da Receita Líquida Real, o que for maior;

II - o dispêndio anual máximo com as amortizações, juros e demais encargos de todas as operações de crédito, já contratadas e a contratar, inclusive o originário do parcelamento de débitos relativos às contribuições sociais de que tratam os arts. 195 e 239 da Constituição Federal, e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), acrescido, ainda, do valor devido, vencido e não pago, não poderá exceder a Margem de Poupança Real, ou quinze por cento da Receita Líquida Real, o que for menor.

§ 1º Entende-se por Receita Líquida Real, para os efeitos desta resolução, a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens de transferências ou doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital, e no caso dos Estados, as transferências aos Municípios, por participações constitucionais e legais.

§ 2º Entende-se por Margem de Poupança Real, para os efeitos desta resolução, o valor da Receita Líquida Real, deduzida a Despesa Corrente Líquida, atualizada monetariamente.

§ 3º Entende-se por Despesas Corrente Líquida, para os efeitos desta resolução, o valor das despesas realizadas nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as referentes ao pagamento do serviço das dívidas ocorridas nos referidos doze meses e, no caso dos Estados, as transferências aos Municípios, por participações constitucionais e legais.

§ 4º Os valores mensais utilizados para o cálculo da Receita Líquida Real e da Despesa Corrente Líquida serão extraídos dos balancetes mensais dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas autarquias, e corrigidos, mês a mês, pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), adotando-se como base o dia primeiro de cada mês.

Art. 5º Não serão computadas, nos limites definidos no artigo anterior, as garantias prestados nos contratos de refinanciamento celebrados com o Banco do Brasil S.A., ao amparo da Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989.

Art. 6º Para efeito de cálculo do dispêndio de que trata o inciso II do art. 4º, serão computados os valores efetivamente pagos e a pagar em cada exercício, considerados os critérios de rolagem vigentes para a dívida mobiliária e para o endividamento externo.

§ 1º Excluem-se do disposto no *caput* deste artigo, os dispêndios como as operações garantidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, contratados até 15 de dezembro de 1989, exceto quando o tomador das referidas operações de crédito atrasar, por mais de trinta dias, o pagamento do serviço da dívida, caso em que será o respectivo valor, com os acréscimos correspondentes, computado para efeito da apuração do limite definido no art. 4º, II.

§ 2º Os dispêndios referentes às operações mencionadas no parágrafo anterior não serão computados para efeito do limite estabelecido no art. 4º, I.

Art. 7º A concessão de garantia pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios a operações de crédito interno e externo exigirá:

I - o oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que o Estado, o Distrito Federal ou os Municípios possam vir a fazer se chamadas a honrar a garantia;

II - a adimplência do tomador para com o garantidor e as entidades por ele controladas.

Parágrafo único. Consideram-se inadimplentes os tomadores com dívidas vencidas por prazo igual ou superior a trinta dias e não repactuadas.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão pleitear ao Senado Federal que as garantias a serem prestadas não sejam computadas para efeito dos limites fixados no art. 4º desta resolução, desde que comprovem que:

I - a operação de crédito seja destinada ao financiamento de projetos de investimento ou à rolagem da dívida;

II - a entidade garantida possua capacidade de honrar os compromissos assumidos.

Art. 9º Os pleitos a que se refere o artigo anterior serão encaminhados ao Senado Federal, por intermédio do Banco Central do Brasil, devidamente instruídos com:

I - documentação hábil à comprovação do disposto nos arts. 7º e 8º;

II - autorização específica do órgão legislativo do Estado, do Distrito Federal ou do Município, conforme o caso, para a concessão da garantia não computada nos limites desta resolução;

III - comprovação da inclusão do projeto nas Leis do Plano Plurianual e de Diretrizes Orçamentárias, bem como no orçamento de investimentos das empresas sob o seu controle;

IV - parecer conclusivo do Banco Central do Brasil.

Art. 10. Em caso excepcional, devidamente justificado, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão pleitear ao Senado Federal, por intermédio do Banco Central do Brasil, a elevação temporária dos limites fixados no art. 4º desta resolução.

§ 1º A elevação de que trata este artigo não poderá ser superior a vinte e cinco por cento dos valores inicialmente atribuídos.

§ 2º Ressalvam-se dos limites a que se refere o parágrafo anterior os pleitos relativos a empréstimos e financiamentos junto a organismos multilaterais e a instituições estrangeiras oficiais de crédito e fomento, com contrapartidas realizadas com recursos próprios do pleiteante.

Art. 11. Os limites fixados no art. 4º desta resolução não se aplicam às operações de crédito por antecipação da receita orçamentária a autorizada por lei.

§ 1º O saldo devedor das operações a que se refere este artigo não poderá exceder a quinze por cento da Receita Líquida Estimada para o exercício financeiro que estiver em curso, inclusive computada a Receita Líquida Estimada para a abertura de créditos suplementares aprovados até a data de realização da operação.

§ 2º O dispêndio mensal máximo, compreendendo as amortizações, juros e demais encargos referentes às operações de que trata este artigo, não poderá ultrapassar sete por cento da Receita Líquida Estimada para o exercício financeiro que estiver em curso, inclusive computada a Receita Líquida Estimada para a abertura de créditos suplementares aprovados até a data da realização da operação.

§ 3º As operações de crédito de que trata este artigo deverão ser precedidas de manifestação do Banco Central do Brasil quanto ao seu enquadramento nos limites estabelecidos no art. 3º desta resolução e nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 4º Entende-se por Receita Líquida Estimada, para os efeitos desta resolução, a receita total prevista para o exercício, deduzidas as estimativas das operações de crédito, as alienações

de bens, e, no caso dos Estados, as transferências constitucionais e legais por eles efetuadas aos Municípios.

Art. 12. As operações de crédito por antecipação da receita orçamentária autorizada por lei deverão ser, obrigatoriamente, liquidadas em até trinta dias após o encerramento do exercício em que forem contratadas, excetuadas aquelas contratadas no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, que deverão ser liquidadas até trinta dias antes do encerramento do exercício.

Parágrafo único. No último ano de exercício do mandato de Chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município é vedada a contratação das operações de crédito de que trata este artigo, a partir do primeiro dia do período de seis meses que anteceder a data das respectivas eleições, até o final do mandato.

CAPÍTULO III

Da Autorização do Senado Federal

Art. 13. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias encaminharão ao Senado Federal, por intermédio do Banco Central do Brasil, os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito interno, que exijam elevação temporária de limites, e externo, de natureza financeira, de seu interesse, inclusive de concessão de garantias, instruídos com:

I - pedido do respectivo Chefe do Poder Executivo;

II - autorização do órgão legislativo do Estado, do Distrito Federal ou do Município, conforme o caso, para a realização da operação;

III - atestado de adimplência junto ao Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), ao Fundo de Investimento Social/Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade (Finsocial/Cofins), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV - análise financeira da operação acompanhada dos cronogramas de dispêndios com as dívidas interna e externa e com a operação a ser realizada, bem como da demonstração da capacidade de pagamento do tomador;

V - relação de débitos vencidos e não pagos;

VI - comprovação de que o projeto está incluído nas Leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual;

VII - demonstrativo da execução orçamentária do último exercício, ou, caso não disponível, do imediatamente anterior, para comprovação de:

a) cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 38, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

b) pleno exercício da competência tributária conferida pela Constituição Federal;

VIII - parecer conclusivo do Banco Central do Brasil quanto ao impacto monetário e cambial, ao endividamento interno e externo, e à demonstração da observância dos limites estabelecidos nesta resolução.

§ 1º O Banco Central do Brasil encaminhará o pleito, ao Senado Federal, no prazo máximo de dez dias úteis, contados do

recebimento da documentação constante dos incisos I a VII deste artigo.

§ 2º A falta de qualquer dos documentos exigidos neste artigo impedirá a análise da operação pelo Banco Central do Brasil.

Art. 14. Em se tratando de operações de crédito interno ou externo que envolvam aval ou garantia da União, a autorização ficará condicionada ao recebimento, pelo Senado Federal, de mensagem do Presidente da República, encaminhando exposição de motivos do Ministro da Fazenda, bem como os pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional, em conformidade com os procedimentos estabelecidos por legislação específica que trata da matéria.

Art. 15. Os pedidos de autorização para o lançamento, oferta pública ou colocação no mercado de títulos da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser encaminhados ao Senado Federal, por intermédio do Banco Central do Brasil, devidamente instruídos com a documentação previstas nos incisos I a VIII do art. 13 desta resolução, devendo o parecer de que trata o inciso VIII conter, também, informações sobre:

I - a quantidade de títulos da espécie já emitidos e o desempenho dos mesmos junto ao mercado secundário;

II - o perfil do endividamento da entidade emissora após a efetivação da emissão de título pretendida;

III - a observância dos limites fixados nesta resolução e o impacto da operação de crédito no mercado mobiliário.

§ 1º Os títulos de que trata este artigo deverão guardar equivalência com os títulos federais, e seus prazos de resgate não poderão ser inferiores a seis meses, contados da data de sua emissão.

§ 2º Incluem-se nas disposições deste artigo os títulos a serem emitidos para atender à liquidação dos precatórios judiciais pendentes de pagamento, objeto do art. 33 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º Os títulos de que trata o parágrafo anterior não se incluem nos limites previstos no art. 4º desta resolução.

§ 4º A utilização de recursos obtidos por meio da colocação dos títulos de que trata o § 2º deste artigo em outra finalidade que não a de liquidação de precatórios judiciais pendentes de pagamento, implicará na obrigatoriedade de a entidade emissora promover o imediato resgate de tais títulos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

§ 5º As emissões de títulos por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinadas ao giro de títulos da espécie em circulação, terão sua autorização pelo Senado Federal sujeita à demonstração de um esquema de amortização.

§ 6º Para efeito do disposto no art. 5º da Emenda Constitucional nº 3, de 1993, entende-se por principal devidamente atualizado o valor de emissão, devidamente corrigido pelo fator de atualização próprio da espécie de títulos, devendo o Senado Federal definir o percentual de refinanciamento adequado às condições próprias de cada solicitante.

Art. 16. As resoluções do Senado Federal autorizativas, para efeito desta resolução, incluirão, ao menos, as seguintes informações: